

Informativo comentado: Informativo 862-STJ (*RESUMIDO*)

Márcio André Lopes Cavalcante

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

A realização de protestos sem comunicação prévia que causem graves transtornos à coletividade configura dano moral coletivo

Importante!!!

ODS 16

A realização de protestos sem comunicação prévia às autoridades e com obstrução de diversas vias públicas de acesso à capital do Estado por lapso temporal considerável configura dano moral coletivo *in re ipsa*.

Caso concreto: entidades sindicais realizaram protestos sem prévia comunicação às autoridades, resultando no bloqueio de todas as vias de acesso à cidade, inclusive com a queima de pneus, gerando transtornos generalizados à população. O STJ considerou que ficou caracterizada grave ofensa aos interesses coletivos, o que justifica a condenação por dano moral coletivo.

STJ. 2ª Turma. REsp 2.026.929-ES, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 9/9/2025 (Info 862).

DIREITO ADMINISTRATIVO

TEMAS DIVERSOS

Nas ações em que o participante contesta saques em sua conta individualizada do PASEP, a quem cabe o ônus da prova?

ODS 16

Nas ações em que o participante contesta saques em sua conta individualizada do PASEP, o ônus de provar cabe:

- a) ao participante, quanto aos saques sob as formas de crédito em conta e de pagamento por Folha de Pagamento (PASEP-FOPAG), por ser fato constitutivo de seu direito, na forma do art. 373, I, do CPC, sendo incabível a inversão (art. 6º, VIII, do CDC) ou a redistribuição (art. 373, § 1º, do CPC) do ônus da prova;
- b) ao réu, quanto aos saques sob a forma de saque em caixa das agências do BB, por ser fato extintivo do direito do autor, na forma do art. 373, II, do CPC.

STJ. 1ª Seção. REsp 2.162.222-PE, REsp 2.162.223-PE, REsp 2.162.198-PE e REsp 2.162.323-PE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgados em 10/9/2025 (Recurso Repetitivo - Tema 1300) (Info 862).

DIREITO CIVIL

CONTRATOS

A cláusula de sobre-estadia de contêineres (demurrage) tem natureza de cláusula penal e seu valor pode ser reduzido quando for manifestamente excessivo, respeitando o princípio da modicidade

ODS 16

A cobrança de sobre-estadia de contêineres (demurrage) possui natureza de cláusula penal, prevista contratualmente em valor prefixado, sendo aplicáveis as regras dos arts. 408 a 416 do Código Civil.

A cláusula penal admite a redução do valor estipulado, quando este for manifestamente excessivo, conforme o princípio da modicidade.

A quantia cobrada a título de sobre-estadia deve ser limitada ao valor do próprio contêiner, salvo se houver comprovação efetiva de danos materiais adicionais, para evitar onerosidade excessiva e desequilíbrio contratual.

STJ. 4ª Turma. REsp 1.577.138-SP, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 2/9/2025 (Info 862).

SUCESSÕES

O acesso a bens digitais do falecido, quando não se conhece a senha, deve ocorrer por incidente processual específico no inventário, desde que resguardados os direitos à intimidade e à privacidade

ODS 16

Caso hipotético: um empresário faleceu e deixou ativos digitais armazenados no seu iphone e ipad. Ocorre que os herdeiros não tinham a senha. O que fazer neste caso?

Na hipótese de o falecido deixar bens digitais dos quais os herdeiros não tenham a senha de acesso, necessário se faz a instauração de incidente processual de identificação, classificação e avaliação de bens digitais, paralelo ao processo de inventário, a fim de que o juízo possa analisar e diligenciar acerca do conteúdo e da possibilidade de partilha de eventuais bens digitais localizados.

Principais conclusões do STJ:

O acesso aos bens digitais de pessoa falecida não constitui questão de alta indagação, devendo, portanto, tramitar no inventário (precisa de ação autônoma nas vias ordinárias do art. 612 do CPC).

Nem todos os bens digitais são transmissíveis, sendo vedado o repasse de conteúdos que violem a intimidade ou os direitos da personalidade do falecido ou de terceiros.

Na hipótese de bens digitais protegidos por senhas desconhecidas pelos herdeiros, deve-se instaurar incidente de identificação, classificação e avaliação de bens digitais, que tramita paralelo e apensado ao inventário.

O juiz do inventário deve nomear um profissional com expertise digital, denominado inventariante digital, para acessar e catalogar os bens digitais.

O inventariante digital elabora relatório detalhado de todo o conteúdo encontrado, submetendo-o ao juiz em sigilo.

Cabe ao juiz classificar os bens digitais e decidir quais serão transmitidos aos herdeiros e quais serão preservados por violarem direitos de personalidade.

Empresas provedoras de serviços digitais não devem ter acesso direto ao conteúdo dos dispositivos, pois isso poderia violar direitos de personalidade.

O incidente processual representa solução transitória diante do vácuo legislativo sobre herança digital.

A solução proposta baseia-se no poder do juiz de adequar o processo (art. 139 do CPC) e no dever de decidir mesmo em caso de lacuna legal (art. 140 do CPC).

STJ. 3ª Turma. REsp 2.124.424-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 9/9/2025 (Info 862).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

RECURSOS

Comprovação posterior de feriado local deve ser admitida em agravo interno que discute a tempestividade recursal, conforme nova redação do art. 1.003, § 6º do CPC, que se aplica para casos anteriores à sua vigência

ODS 16

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento da questão de ordem apresentada no AREsp 2.638.376/MG, admitiu a extensão dos efeitos da Lei n. 14.939/2024 aos recursos apresentados antes de sua entrada em vigor, estabelecendo que a nova redação dada ao art. 1.003, § 6º, do Código de Processo Civil fosse observada por ocasião do julgamento dos agravos internos/regimentais interpostos de decisões de admissibilidade embasadas na falta de comprovação da suspensão de expediente forense (feriado local).

STJ. 1ª Turma. EDcl no AgInt no AREsp 2.285.064-SP, Rel. Min. Paulo Sérgio Domingues, julgado em 18/8/2025 (Info 862).

MANDADO DE SEGURANÇA / DIREITO TRIBUTÁRIO

Mandado de segurança contra lei ou ato normativo que interfira em obrigações tributárias sucessivas não está sujeito ao prazo decadencial de 120 dias

ODS 16

Situação hipotética: a Indústria Alfa passou a pagar ICMS sobre energia elétrica com alíquota de 25% após a edição de uma Lei Estadual, que majorou o imposto de 18% para 25%. A empresa considerou essa majoração inconstitucional por violar o princípio da seletividade tributária, segundo o qual bens essenciais, como a energia elétrica, deveriam ter tributação reduzida. Por isso, em janeiro de 2021, mais de cinco anos após a lei, impetrou mandado de segurança buscando aplicar novamente a alíquota de 18%. O Estado alegou decadência, sustentando que o prazo de 120 dias para impetração do mandado de segurança deveria ser contado desde a publicação da lei, em 2015. O STJ, no entanto, não concordou com esse argumento, entendendo que o prazo decadencial conta-se da ocorrência de cada ato concreto de cobrança, ou seja, de cada conta de luz com o ICMS majorado, e não da publicação da lei.

Tese fixada: O prazo decadencial do art. 23 da Lei n. 12.016/2009 não se aplica ao mandado de segurança cuja causa de pedir seja a impugnação de lei ou ato normativo que interfira em obrigações tributárias sucessivas, dado o caráter preventivo da impetração decorrente da ameaça atual, objetiva e permanente de aplicação da norma impugnada.

STJ. 1ª Seção. REsp 2.103.305-MG e REsp 2.109.221-MG, Rel. Min. Paulo Sérgio Domingues, julgados em 10/9/2025 (Recurso Repetitivo - Temas 1237 e 1273) (Info 862).

PROCESSO COLETIVO

**Sucessores de servidor falecido antes do ajuizamento da ação coletiva
não têm direito à execução da sentença, salvo se expressamente contemplados**

ODS 16

Tese fixada: Os sucessores do servidor falecido antes da propositura da ação coletiva não são beneficiados pela decisão transitada em julgado que condena ao pagamento de diferenças, salvo se expressamente contemplados.

Exemplo hipotético: João era servidor público federal. Ele faleceu em 1995, deixando como herdeiros Regina (sua esposa) e Pedro (seu filho). Em 1997, ou seja, dois anos depois da morte de João, o sindicato dos servidores públicos federais ajuizou uma ação coletiva contra a União, buscando o pagamento de uma verba que deveria ter sido seria concedida aos servidores públicos federais nos anos de 1993 a 1995. Vale ressaltar que, neste período, João estava trabalhando. O juiz julgou o pedido procedente determinando que a União pagasse as verbas aos servidores públicos federais. Houve o trânsito em julgado. Regina e Pedro, herdeiros de João, ingressaram com pedido de cumprimento de sentença, alegando que o falecido fazia parte da categoria beneficiada e que os valores devidos até sua morte deveriam ser pagos a eles (seus herdeiros). Eles não poderão executar a sentença. A morte extingue a pessoa natural, rompendo o vínculo com a associação ou sindicato, com a administração pública e com a categoria profissional. Por isso, os sucessores não possuem a qualidade de membros da categoria substituída e não são beneficiados automaticamente pela sentença proferida em ação coletiva.

STJ. 1ª Seção. REsp 2.144.140-CE e REsp 2.147.137-CE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgados em 10/9/2025 (Recurso Repetitivo - Tema 1309) (Info 862).

DIREITO PENAL

CONFISSÃO / LEI DE DROGAS / SÚMULAS ORGANIZADAS

A confissão possibilita a atenuação da pena mesmo que não tenha sido utilizada na formação do convencimento do julgador; além disso, o réu que confessa apenas a droga para consumo próprio, tem direito à atenuação

Importante!!!

Mudança de entendimento

ODS 16

Redação anterior:

Súmula 545-STJ: Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no artigo 65, III, d, do Código Penal.

STJ. 3ª Seção. Aprovada em 14/10/2015.

Redação atual:

Súmula 545-STJ: A confissão do autor possibilita a atenuação da pena prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, independentemente de ser utilizada na formação do convencimento do julgador.

Redação anterior:

Súmula 630-STJ: A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.

STJ. 3ª Seção. Aprovada em 24/04/2019.

Redação atual:

Súmula 630-STJ: A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes quando o acusado admitir a posse ou a propriedade para uso próprio, negando a prática do tráfico de drogas, deve ocorrer em proporção inferior à que seria devida no caso de confissão plena.

Teses fixadas (Tema 1194):

1. A atenuante genérica da confissão espontânea, prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, é apta a abrandar a pena independentemente de ter sido utilizada na formação do convencimento do julgador e mesmo que existam outros elementos suficientes de prova, desde que não tenha havido retratação, exceto, neste último caso, que a confissão tenha servido à apuração dos fatos.

2. A atenuação deve ser aplicada em menor proporção e não poderá ser considerada preponderante no concurso com agravantes quando o fato confessado for tipificado com menor pena ou caracterizar circunstância excludente da tipicidade, da ilicitude ou da culpabilidade.

STJ. 3ª Seção. REsp 2.001.973-RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 10/09/2025, Recurso Repetitivo - Tema 1194 (Info 862).

REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

Submeter trabalhadores a condições degradantes é suficiente para configurar o crime de redução à condição análoga à de escravo, independentemente de restrição à liberdade de locomoção

Importante!!!

ODS 16

A configuração do delito de redução à condição análoga à de escravo, previsto no art. 149 do Código Penal, não exige a restrição da liberdade de locomoção dos trabalhadores, sendo suficiente a submissão a condições degradantes de trabalho.

Caso hipotético: João, dono de uma fazenda, contratou trabalhadores para o local. Durante uma fiscalização do Ministério do Trabalho foram encontradas condições extremamente precárias. Os empregados viviam em barracos improvisados sem piso, energia elétrica ou instalações sanitárias; dormiam em um ônibus velho, bebiam água armazenada em um caminhão-pipa enferrujado, e cozinhavam em fogões improvisados. Além disso, o local era sujo e não havia fornecimento de equipamentos de proteção individual.

O MPF denunciou João pelo crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do CP). A defesa alegou que, embora as condições violassem direitos trabalhistas, não se configurava o crime, pois não havia prova de restrição da liberdade dos trabalhadores.

O STJ não concordou.

A configuração do delito de redução à condição análoga à de escravo, previsto no art. 149 do Código Penal, não exige a restrição da liberdade de locomoção dos trabalhadores, sendo suficiente a submissão a condições degradantes de trabalho.

A submissão a condições degradantes de trabalho é suficiente para a tipificação do crime, independentemente de restrição à liberdade de locomoção.

STJ. 6ª Turma. REsp 2.204.503-BA, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 9/9/2025 (Info 862).

CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

O dolo no crime de estupro consiste na vontade de constranger a vítima à prática de ato libidinoso, não sendo necessária a intenção de satisfazer a lascívia

Importante!!!

ODS 16

Situação hipotética: um homem era pai de uma adolescente de 15 anos. Ele homem arrastou a filha para uma construção nos fundos da residência e, mediante violência, apalpou seus seios e introduziu o dedo em sua vagina. Em juízo, a vítima tentou minimizar o fato afirmando que o pai teria agido apenas para verificar a virgindade, sem intenção sexual.

A defesa do réu construiu sua tese justamente sobre esse ponto: alegou que ele agiu sem intenção de satisfazer a lascívia e que sua intenção era corretiva.

Segundo a defesa, a ausência da intenção lasciva afastaria o dolo necessário para a configuração do crime de estupro.

O STJ rejeitou a tese da defesa e manteve a condenação do réu.

O dolo no crime de estupro consiste na vontade de constranger a vítima à prática de ato libidinoso, não sendo necessária a intenção de satisfazer a lascívia. O art. 213 do CP não exige a satisfação da lascívia como elemento subjetivo do tipo.

A motivação do agente (prazer sexual, vingança, humilhação ou correção) é irrelevante para a configuração do crime de estupro.

STJ. 5ª Turma. REsp 2.211.166-MG, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 12/8/2025 (Info 862).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

AÇÃO PENAL

O boletim de ocorrência, mesmo sendo eletrônico, pode ser considerado como representação válida para deflagrar a persecução penal em crimes de ação pública condicionada (como é o caso do estelionato)

Importante!!!

ODS 16

Caso hipotético: Regina foi vítima de estelionato praticado por João. Antes do fim do prazo decadencial de 6 meses (art. 38 do CPP), ela fez um boletim de ocorrência pela internet relatando detalhadamente todo o golpe e qualificando João. 8 meses depois, Regina compareceu pessoalmente à delegacia para complementar as informações, apresentando documentos. A defesa argumentou que houve decadência porque o boletim de ocorrência eletrônico, desacompanhado de declaração formal expressa, não seria suficiente para configurar a representação válida exigida nos crimes de ação pública condicionada.

O STJ não concordou com a defesa.

A representação em crimes de ação pública condicionada prescinde de formalidades específicas, bastando a inequívoca demonstração da vontade da vítima.

O boletim de ocorrência registrado dentro do prazo decadencial pode configurar a representação exigida para a deflagração da persecução penal.

STJ. 6ª Turma. AgRg no HC 1.005.298-SP, Rel. Min. Otávio de Almeida Toledo (Desembargador convocado do TJSP), julgado em 3/9/2025 (Info 862).

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

APOSENTADORIA

**Contribuinte individual não cooperado pode ter direito à
aposentadoria especial se demonstrar exposição a agentes nocivos**

ODS 16

- a) O contribuinte individual não cooperado tem direito ao reconhecimento de tempo de atividade especial exercida após a Lei n. 9.032/1995, desde que comprove a exposição a agentes nocivos;**
- b) A exigência de comprovação da atividade especial por formulário emitido por empresa não se aplica a contribuintes individuais, que podem utilizar outros meios de prova.**
- STJ. 1ª Seção. REsp 2.163.429-RS e REsp 2.163.998-RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgados em 10/9/2025 (Recurso Repetitivo - Tema 1291) (Info 862).